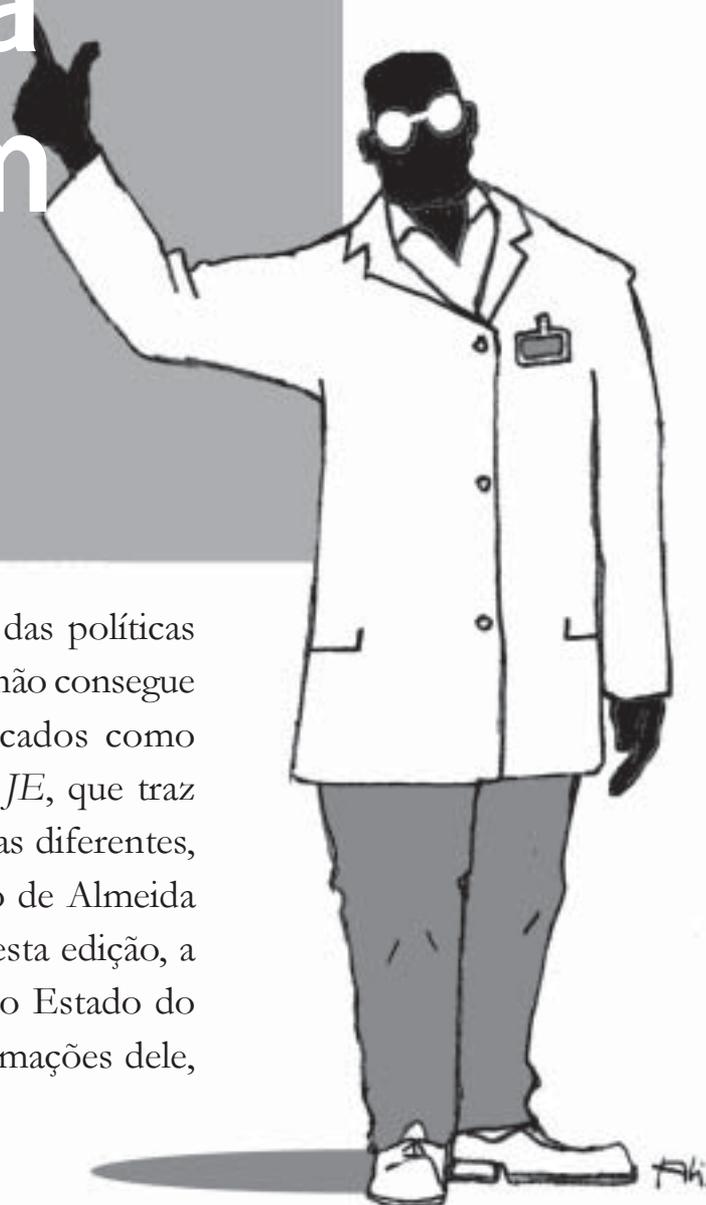


O balanço da economia em 2005

Qual o balanço da economia brasileira em 2005? Os alvos das políticas macroeconômicas em curso foram alcançados? Por que o país não consegue crescer a um ritmo equiparável aos demais países classificados como emergentes? Estas questões estão no foco desta edição do *JE*, que traz resumos editados das palestras de três economistas de escolas diferentes, no último Congresso Brasileiro de Economistas: João Paulo de Almeida Magalhães, Reinaldo Gonçalves e Gustavo Loyola. Ainda nesta edição, a carta enviada pelo Corecon-RJ ao Secretário de Governo do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, protestando contra afirmações dele, em que disse que os economistas criam “riquezas fictícias”.



É inadmissível crescer abaixo de 7%
João Paulo de Almeida Magalhães
Pág. 5



A política dos resultados pífios
Reinaldo Gonçalves
Pág. 7

Receita para crescer: educação e aumento do investimento privado

Gustavo Loyola - Pág. 10

EDITORIAL

A economia em balanço

Dedicamos a primeira edição do *JE*, em 2006, para uma análise da economia no ano que passou, a partir de três pontos de vista expressos no Congresso dos Economistas, em Florianópolis. O professor João Paulo de Almeida Magalhães, que assumiu a presidência do Corecon-RJ, aponta o predomínio da visão de curto prazo e a necessidade de superá-la, em especial, pelas novas proposições de desenvolvimento econômico para o país. Ele destaca que o legado do governo atual não será muito diferente dos anteriores: na média, a taxa de crescimento da economia brasileira continua muito aquém das necessidades demandadas pelo país.

O ex-presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, aborda mitos presentes e constantes na crítica econômica, entre

os quais, o que se sustenta na visão de que o obstáculo para o crescimento econômico é o endividamento público, em especial, a dívida externa. “É essa idéia de causalidade que me incomoda”, afirma ele, ressaltando que os entraves ao desenvolvimento do país têm raízes e origens bem mais complexas e profundas.

Para o professor Reinaldo Gonçalves, a gestão macroeconômica em curso não apenas repete a do governo anterior como comete um grave erro estratégico: ela não alcança os objetivos a que se propõe, que é a estabilização macroeconômica e o desenvolvimento. Para ele, hoje, não temos “nem a estabilização macro, nem o desenvolvimento econômico, com geração de emprego e distribuição da renda”.

Com os leitores as conclusões. ■

Sumário

- Página 3** Institucional – Garotinho: “economista fabrica riqueza fictícia que ninguém vê”
- Página 5** Especial – É inadmissível crescer abaixo de 7%
- Página 7** A política dos resultados pífios
- Página 10** Receita para crescer
- Página 12** Mídia em foco – Como e porque os jornais exageram a violência no Rio
- Página 15** Fórum Popular de Orçamento – Rio terá menos verba para saúde
- Página 16** II Prêmio de Jornalismo Econômico – Novas diretrizes para os cursos de economia



Carta do Leitores

Sr. Presidente,

Recebo regularmente o jornal dos economistas e, como profissional há longo tempo, permita-me fazer um reparo à linha editorial daquele periódico. (...) É portanto, contrariado, que vejo o assunto Educação tratado no periódico mencionado, quando muito, de passagem.

Permita uma sugestão. Que a linha editorial do Jornal dos Economistas passe a contemplar este tema com mais frequência e profundidade.

Augusto José de Sá Campello.

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 9h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

Jornal dos economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ E SINDECON - RJ
ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rafael Vieira da Silva, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello.

Editor: Nilo Sérgio Gomes
Correio eletrônico: imprensa@corecon-rj.org.br

Reportagem: Rebecca Ramos

Ilustração: Aliedo

Caricaturista: Cássio Loredano

Diagramação e Finalização:
Rossana Henriques (21) 2462-4885

Fotolito e Impressão: Tipológica

Tiragem: 13.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Correio eletrônico: seapo@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
internet: http://www.corecon-rj.org.br

Presidente: José Antônio Lutterbach Soares • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Efetivos:** 1º terço (2005/07): Reinaldo Gonçalves, João Paulo de Almeida Magalhães, e Ruth Espinola Soriano de Mello. 2º terço (2003/05): Ceci Juruá, João Manoel Gonçalves Barbosa e Nelson Victor Le Cocq d'Oliveira. 3º terço (2004/06): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares e Renata Leite Pinto do Nascimento • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005/07): Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Arthur Câmara Cardozo, Carlos Eduardo Frickmman Young. 2º terço (2003/05): Gilberto Alcântara da Cruz, Jorge de Oliveira Camargo e Rogério da Silva Rocha • **Delegado Eleitor Efetivo:** José Antonio Lutterbach Soares • **Delegado Eleitor Suplente:** Paulo Sergio Souto

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192
Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Diretores de Relações Sindicais:** Júlio Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

INSTITUCIONAL

Garotinho: “economista fabrica riqueza fictícia, que ninguém vê”

Em uma cerimônia no Palácio Guanabara, no final do ano passado, para sanção pelo Executivo Estadual da lei que estabelece o Plano de Cargos e Salários do Departamento de Estradas e Rodagens (DER), o secretário de governo Anthony Garotinho, falando sobre a importância dos engenheiros para a economia afirmou que “Depois do projeto neoliberal, os engenheiros foram sendo colocados de lado e surgiram os economistas, que fabricam uma riqueza fictícia, que ninguém vê”.

O presidente do Corecon-RJ, o professor João Paulo de Almeida Magalhães, enviou carta ao secretário de Estado, afirmando que: “Conhecedor que somos do alto nível de sua assessoria econômica compreendemos que se trata, no caso, de simples deslize contra o qual, no entanto, a bem da verdade e por responsabilidade funcional vemo-nos obrigados a protestar”.

Na carta a Garotinho, João Paulo afirma que a economia “é uma ciência e a Engenharia apenas uma arte. O cientista não constrói pontes e estradas, mas descobre e aperfeiçoa as técnicas sem as quais a construção seria impossível. Países como a França dependem em 70% de usinas nucleares para atender a sua demanda de eletricidade. A construção destas foi viabilizada pelas descobertas da Física moderna e os cientistas responsáveis por elas não contribuíram com um único prego para a construção dessas usinas. Foi, todavia, seu trabalho, que “ninguém vê” e não dos engenheiros, que impediu a França de, carente de eletricidade, cair da modernidade para a Idade Média”.

Publicamos a seguir a íntegra da carta enviada pelo presidente do Conselho a Garotinho e a notícia publicada pelo Diário Oficial do Estado, na edição do dia 29 de dezembro de 2005.

Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - 29/12/2005

Sancionadas leis que aumentam salários no estado

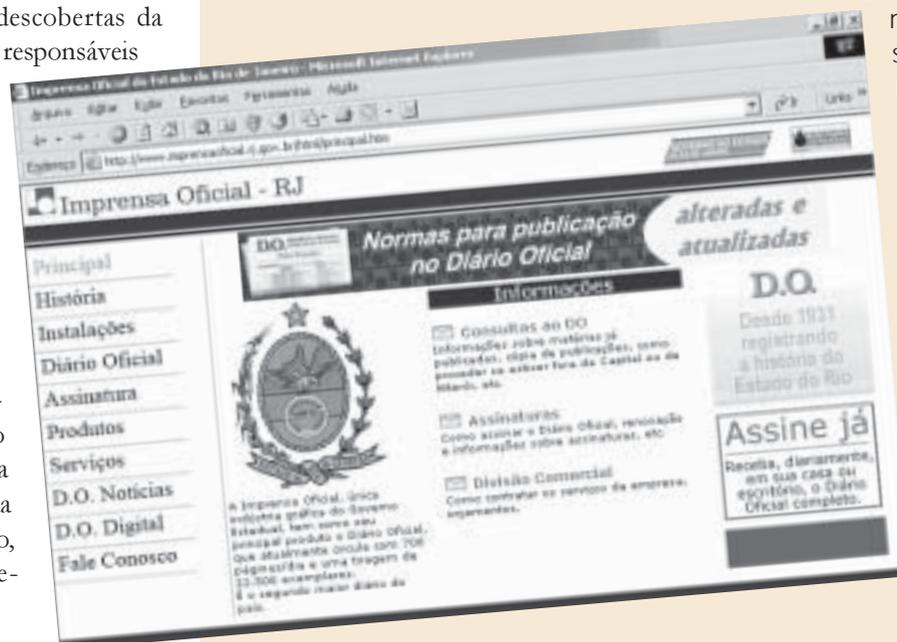
A governadora Rosinha Garotinho sancionou, no Salão Verde do Palácio Guanabara, a lei que estabelece o novo piso regional do estado, proposto em mensagem do governo do estado e aprovado na última quinta-feira pela Alerj (Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro). A lei garante, a partir de 1º de janeiro, aumento de 13,33% para seis faixas salariais na iniciativa privada. Rosinha também sancionou outra lei, estabelecendo o Plano de Cargos e Salários do DER (Departamento de Estradas de Rodagem) extensivos a todos os arquitetos, engenheiros e geólogos que trabalham no estado.

(...) O secretário de Governo e de Coordenação, Anthony Garotinho, também falou sobre a importância do ato e lembrou a importância dos profissionais da engenharia para o crescimento do país.

– No Brasil, antes desse modelo neoliberal, os engenheiros eram as pessoas

mais respeitadas, porque se falava em construir o Brasil, construir estradas, hidrelétricas, pontes, construir o futuro desse país. Era uma economia física. Depois do projeto neoliberal, os engenheiros foram sendo colocados de lado e surgiram os economistas, que fabricam uma riqueza fictícia, que ninguém vê – analisou Garotinho.

A governadora também ressaltou a importância (...)



Vêja a carta do Corecon na página seguinte.

Ofício nº 047/06 – Presidência

À
Secretaria de Estado de Governo e de Coordenação – SECOV
Rua Pinheiro Machado, s/nº Anexo I – 3º andar
Laranjeiras, Rio de Janeiro -RJ

At. : Excelentíssimo Senhor Secretário de Governo e Coordenação
Anthony Garotinho

Prezado Senhor,

Em pronunciamento registrado no Diário Oficial do Estado de 3 de janeiro de 2006 Vossa Excelência, comparando dois grupos profissionais, economistas e engenheiros, afirmou que enquanto os primeiros constroem estradas, pontes e hidroelétricas os segundos “fabricam uma riqueza fictícia que ninguém vê”.

Tal afirmação muito nos preocupou por vir de personalidade que ocupou altos cargos no país e aspira, muito justamente, ascender à mais alta posição da administração pública brasileira. Permitimo-nos assim, Senhor Secretário, as considerações abaixo.

A Economia é uma ciência e a Engenharia apenas uma arte. O cientista não constrói pontes e estradas, mas descobre e aperfeiçoa as técnicas sem as quais a construção seria impossível. Países como a França dependem em 70% de usinas nucleares para atender a sua demanda de eletricidade. A construção destas foi viabilizada pelas descobertas da Física moderna e os cientistas responsáveis por elas não contribuíram com um único prego para a construção dessas usinas. Foi, todavia, seu trabalho, que “ninguém vê” e não dos engenheiros, que impediu a França de, carente de eletricidade, cair da modernidade para a Idade Média.

Referindo-nos especificamente às atividades profissionais de engenheiros e economistas seria importante referirmo-nos às respectivas contribuições para arrancar o país da semi-estagnação econômica que já se estende por quase três décadas. Os engenheiros, seja em depoimentos pessoais, seja em manifestações dos seus órgãos de classe vêm propondo investimentos em infraestrutura (pontes, estradas, hidroelétricas) como forma de alavancar a economia. Em sentido oposto, os economistas têm mostrado que infraestrutura é “permissiva” e não “determinante” do desenvolvimento. Determinantes do desenvolvimento são atividades diretamente produtivas (produção de aço, tratores, aviões, café, soja, serviços de alto refinamento etc.). De pouco adianta construir pontes e estradas se não há caminhões para passar por elas ou instalar hidroelétricas se não há demanda pela eletricidade. Da mesma forma que os físicos mostraram aos engenheiros como construir usinas nucleares é função do economista dizer quando, onde e em que quantidade devem ser construídas pontes, estradas e hidroelétricas. E, ainda mais importante, cabe a ele definir uma estratégia econômica para o país, que oriente a criação de atividades diretamente produtivas capazes de, através da retomada do desenvolvimento acelerado, permitir a adequada utilização da infraestrutura. A visibilidade do seu trabalho não vai além dos documentos que detalham planos e projetos e das reuniões destinadas a preparar e discutir esses documentos.

Não acreditamos que seja inteiramente correta a afirmação de Vossa Excelência de que o economista fabrica uma riqueza “que ninguém vê”. Na medida, todavia, em que está correta ela é igualmente verdadeira para todo cientista, cultive ele ciências sociais ou naturais.

Conhecedor que somos do alto nível de sua assessoria econômica compreendemos que se trata, no caso, de simples deslize contra o qual, no entanto, a bem da verdade e por responsabilidade funcional vemo-nos obrigados a protestar.

Atenciosamente,

João Paulo de Almeida Magalhães
Presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro

MENSALIDADES ACESSÍVEIS • VALORES REDUZIDOS

**PÓS-GRADUAÇÃO
E VESTIBULAR 2006**
INSCRIÇÕES ABERTAS
Ciências Contábeis . Administração . Direito . Economia

Ex-alunos e conveniados (CRC, CRA, OAB, CORECON)
têm direito a descontos diferenciados.

40 anos Moraes Júnior
Mackenzie
Convênio de Parceria Educacional

www.moraesjunior.edu.br tel.: 2221.8386

ESPECIAL João Paulo de Almeida Magalhães*

É inadmissível crescer abaixo de 7%

Em sua palestra no último Congresso Brasileiro de Economistas, o atual presidente do Corecon-RJ apontou a necessidade de um núcleo de pensamento crítico capaz de analisar, pesquisar e oferecer contribuições críticas e propositivas sobre a atualidade econômica, seus paradigmas e, em especial, despertar a atenção e o interesse pela nova economia do desenvolvimento, que, segundo ele, “é aquela contribuição que um grupo de profissionais especialistas e cientistas de primeiro mundo está tentando nos dar e que, evidentemente,

se está procurando neutralizar, inclusive, através deste novo institucionalismo que comanda o Consenso de Washington”.



Até pouco tempo atrás existia a chamada “teoria da dependência”. Essa teoria dizia que o subdesenvolvimento é a contrapartida do desenvolvimento econômico. Ou seja, os desenvolvidos são desenvolvidos porque nós somos subdesenvolvidos. Existiria uma cadeia causal entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, porque, inclusive, ela basicamente considerava inevitável a manutenção da situação desse subdesenvolvimento econômico. Mas essa teoria da dependência jamais criou mecanismos explicativos dessa interpretação. Por que isso acontece? Por que para eles serem desenvolvidos, nós temos que ser subdesenvolvidos? Tem que explicar os mecanismos e tem que ver porque não podemos interferir nos mecanismos. Isso não foi feito. Logo, teoria da dependência é teoria só na teoria porque na prática é um conjunto de objeções, análises, uma crítica à situação presente, mas sem chegar a uma teoria.

Então, aconteceu o seguinte: de repente, começam os países asiáticos a terem um grande sucesso na política de desenvolvimento. Se nós tivéssemos uma verdadeira teoria, as teorias quando aparece uma anomalia, elas explicam a anomalia, elas se ajustam a essa anomalia e continuam o seu trabalho de pesquisas. Como

a chamada teoria da dependência não era de fato uma teoria, ela simplesmente desmontou, não chegou a haver nenhum debate, nenhuma tentativa de explicação. Portanto, é necessário que os paradigmas existentes sejam substituídos por outros paradigmas.

Mas, mesmo que se crie uma teoria, se não houver um programa de pesquisa, simplesmente essa teoria pode não se manter. E aqui dou o exemplo do Raúl Prebisch**. Ele criou a teoria protecionista, que justificou a industrialização na América Latina. Ele simplesmente dizia o seguinte: para ser aceitável uma especialização em *commodities* é necessário que aqueles setores de maior produtividade, com produtividade crescendo mais rapidamente, aceitem traduzir o crescimento dessa produtividade em baixa de preços. E isso implicaria no constante aumento dos termos de troca para os países especializados em *commodities*; ou seja, cada vez nós daríamos menos *commodities* por igual quantidade de produtos industriais.

Barreira ideológica

A teoria de Prebisch foi abandonada, está quase esquecida, sem que nunca se tenha apresentado argumentos corretos contra ela. Porque o argumento correto seria simplesmente dizer o seguinte: provar que os termos de troca para os países especializados em *commodities* não só estavam melhorando constantemente, como na proporção da diferença de produtividade entre o setor moderno e o de *commodities*. Ora, os críticos de Prebisch nunca provaram nem tentaram provar isso e o Singer, um economista americano, diz com muita razão que se tivessem tentado não teriam conseguido, porque se essa evolução proposta por Prebisch, se ele a tomou como condição de aceitação da especialização em *commodities*, se essa condição existisse não haveria países subdesenvolvidos no mundo. Reparem que não havia programas científicos de pesquisa, pesquisadores ligados a esse tipo de concepção, aperfeiçoando esta concepção, respondendo à ampliação dessa concepção. A teoria de Prebisch foi abandonada sem nunca

ter sido refutada. É função de um núcleo de pensamento crítico criar uma corrente constante e permanente de pesquisa, com grupo de pesquisadores dedicados só a essa tarefa.

Uma outra questão bastante importante, porque tem um significado extremamente elevado no Brasil de hoje, é que as contribuições à nova teoria do desenvolvimento estão sendo sistematicamente ignoradas no Brasil, pela força da barreira ideológica. Eu vou pegar o caso em plantão. Vocês sabem que estamos com taxas altíssimas de juros, taxas praticamente impeditivas da retomada do desenvolvimento e uma das causas, pelo menos aquela que é sistematicamente apontada pelo Copom (Comitê de Política Monetária do BC), ou pelas autoridades monetárias, é que isso é necessário para conter a inflação. Em nome da estabilidade monetária, se está paralisando a economia brasileira.

Ora, especialistas em economia do desenvolvimento, alegando não a sua convicção, mas a concepção dominante entre os especialistas, e quando eu digo que os economistas estão tomando essa posição, lembraria que um deles é Joseph Stiglitz, prêmio Nobel de Economia, e eles dizem que uma inflação moderada e sob controle é favorável ao desenvolvimento econômico. Que inflação é essa? O Stiglitz diz que mesmo uma inflação moderada de até 40% ao ano não é necessariamente negativa. Tenho me referido a uma inflação de 15% a 20% ao ano, que é aquela que o Brasil teve, em média, de 20% ao ano, durante o período que ele crescia 7% ao ano.

Portanto, o que ocorre é que a opinião dominante e majoritária entre os especialistas em economia do desenvolvimento é que a inflação não é, para os países subdesenvolvidos, aquele mal absoluto que é para os países desenvolvidos. Ora, apesar disso, não nego a competência dos economistas do Banco Central, que estão simplesmente procurando dar ao Brasil uma inflação zero ou uma inflação do nível da OCDE; estão cometendo o erro de ignorar que estamos em um país subdesenvolvido e, portanto, não podem desconhecer as conclusões de um ramo das nossas ciências que está examinando as especificidades desse país. Isso é uma demonstração claríssima do que eu chamo de barreira ideológica.

Temos, portanto, uma idéia e uma visão “curto-prazista”, que tem que ser deixada de

lado; temos que modificar essa tendência; e essa visão resulta da importação de teorias, aqui no caso que citei da inflação, aplicando regras absolutamente corretas se nós tivéssemos o nível de vida dos Estados Unidos.

Eu acredito e tenho certeza que essa visão está sendo gradativamente modificada. Lembraria que neste ano foram publicadas quatro coletâneas, cada uma delas com 15 ou 20 economistas, todas elas sobre desenvolvimento econômico, com uma visão de longo prazo. Eu acho que, infelizmente, essas coletâneas ainda não estão organizadas em torno de propostas de estratégias alternativas. Mas elas estão aí. Eu lembraria, por exemplo, do trabalho de um novo desenvolvimentismo, do João Sicsú; lembraria o trabalho, numa linha mais conservadora, do Fábio Giambiagi, esses

Possivelmente, Lula sairá do seu governo com uma taxa de crescimento praticamente zero, pois os 4%, 3% e 3% (2004, 2005 e 2006) estão exatamente naquela média de 2,5%, 3% que caracterizou todos os últimos 25 anos da economia brasileira

dois organizadores; lembraria Ana Cecília Castro, Edmar Bacha, esse numa linha mais financeira, além de contribuições individuais como o trabalho de Reinaldo Gonçalves. Portanto, há uma clara tendência da mudança.

Superar a visão de curto prazo

Infelizmente, esse “curto-prazismo” contaminou a opinião pública e a mídia. Lembraria, por exemplo, que na crise política atual se indaga freqüentemente se ela está afetando a economia, se o juro está afetando a economia. Ora, a inflação está sob controle, o superávit comercial está aumentando a cada momento, a dívida pública não tem nenhuma tendência a explodir, está também sob controle, conseqüentemente, a situação

econômica está boa. Certos analistas e cientistas políticos dizem que, realmente, essa crise política atual está diminuindo a capacidade de o presidente da República se reeleger, mas que ele tem uma chance muito grande a favor dele, que é a política econômica que está correta, que está boa.

Ora, nos países subdesenvolvidos o julgamento da política econômica é feita simplesmente se indagando a taxa de crescimento do PIB. Quando se diz que a Índia está bem, que a China está bem, é porque a Índia está crescendo a 7% ao ano, e a China a 9% ao ano. Ninguém se interessa em saber se esses países estão com o orçamento equilibrado, qual a inflação desses países, esses aspectos só são considerados quando se aponta que esses desequilíbrios eventualmente poderão interromper essa taxa satisfatória de crescimento. Mas a análise toda se concentra na taxa de crescimento do PIB.

Eu considero o presidente da República um homem com características pessoais, morais, perfeitamente adequadas ao segundo mandato. Agora, a ser julgado pela sua visão econômica, tem que se indagar é se ele proporcionou ao país ou não o espetáculo do desenvolvimento econômico. Possivelmente, Lula sairá do seu governo com uma taxa de crescimento praticamente zero, pois os 4%, 3% e 3% (2004, 2005 e 2006) estão exatamente naquela média de 2,5%, 3% que caracterizou todos os últimos 25 anos da economia brasileira.

Esta, portanto, é a visão “curto-prazista” que contaminou os leigos e, por isso, eu acho que nós economistas temos uma grande responsabilidade que é além de abandonarmos a visão “curto-prazista”, o que está começando a ser feito, influenciarmos a opinião pública e a mídia no sentido de que se julgarmos políticas econômicas em países subdesenvolvidos, o julgamento é a taxa de incremento do PIB e, no caso brasileiro, é inadmissível qualquer taxa inferior a 7%, que é aquela que o Brasil teve durante 30 anos e é aquela que a Índia e a China, em condições muito piores que as nossas, em termos de desequilíbrio população/território e em termos de desequilíbrio de recursos naturais, estão conseguindo. ■

* Professor aposentado da UFRJ e presidente do Corecon-RJ.

** Pioneiro nos estudos sobre as especificidades e características próprias das economias da América Latina. Foi gerente-geral do Banco Central da Argentina e, em 1950, ocupou a secretaria-executiva da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), fundada em 1948, por decisão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1947.

ESPECIAL Reinaldo Gonçalves*

A política dos resultados pífios

A atual política macroeconômica que em grande medida repete a política do governo anterior, envolve um sério erro estratégico, do ponto de vista da gestão macroeconômica. O que significa um erro estratégico? Significa que há metas e para se atingir essas metas há instrumentos e há condições. Temos objetivos, temos instrumentos e temos condições. No caso específico nosso, são dois objetivos claros: estabilização macroeconômica e desenvolvimento econômico.

Ou seja, a atual política macroeconômica envolve erros estratégicos, na medida em que não alcança os objetivos propostos – leia-se estabilização macro e desenvolvimento econômico, tendo em vista que os instrumentos são usados de forma equivocada e as condições estão dadas igualmente de forma descolada da realidade. Eu vou tentar mostrar essa hipótese.

Dentro dos objetivos de estabilização macroeconômica, incluímos o tema do endividamento público, ou seja, o nosso foco deste congresso: política macroeconômica e endividamento público. O argumento é que a atual política macroeconômica envolve erros estratégicos na medida em que não alcança dois objetivos centrais da gestão macroeconômica, que é a estabilização macroeconômica e o desenvolvimento e, dentro da estabilização macroeconômica, o endividamento público é uma meta, alcançar um nível de endividamento público que deixe o país em uma situação confortável do ponto de vista macro. E qual é a idéia central?

A idéia central é: qual o foco da política macroeconômica brasileira, hoje? Se nós olharmos a política monetária, vamos observar que ela está focada no combate à inflação. Ou seja, a inflação é um dos aspectos da estabilização macroeconômica. O governo, através do regime de metas de inflação, foca a política monetária no combate à inflação. Como resultado disso, ainda nos aspectos da estabilização macroeconômica, era de se esperar que a política monetária tivesse alguma

convergência com um outro aspecto da estabilização macroeconômica, que são as finanças públicas.

No caso particular brasileiro, o que a política monetária faz, como ela é focada em metas inflacionárias e como é focada no uso de um instrumento, isto é, tem uma meta de política monetária, que é o combate à inflação, e como na política monetária o instrumento preferencial é a política de juros, essa política monetária restritiva de juros altos acaba comprometendo a gestão das finanças públicas. Ou seja, a taxa de juros elevada é fator de desestabilização macro, na medida em que provoca um gasto com o pagamento de juros, que é extraordinariamente elevado.

Esse ano (2005), estamos gastando mensalmente R\$ 13 bilhões de pagamento de dívida pública, no Brasil. Ou seja, vai ser algo em torno de 8% do PIB brasileiro comprometido com o pagamento de juros da dívida pública. Resultado: a política monetária focada via juros no combate à inflação é relativamente eficaz no combate à inflação, mas é altamente ineficaz no que se refere a um outro aspecto da estabilização macroeconômica, que é a questão das finanças públicas. Ou seja, o principal fator de desequilíbrio histórico, leia-se o desandamento público da dívida interna, é a política monetária.



Foto Samuel Iosta

Apreciação cambial

A segunda política macroeconômica é a política fiscal. A política fiscal brasileira está focada, via mecanismo de superávit primário, no controle das finanças públicas. Ou seja, essa via acaba não superando o desequilíbrio histórico porque o superávit primário não é suficiente para pagar todo o juro da dívida pública. Essa política fiscal, se por um lado auxilia, com o superávit, a uma certa redução do desequilíbrio histórico, ela também ajuda no combate à inflação. Ou seja, a política fiscal é restritiva e nesse sentido ela converge para a redução do déficit nas finanças públicas, ou redução do desequilíbrio histórico, mas também ela converge no combate à inflação via contração da demanda agregada.

Quando nós olhamos a terceira política, a política cambial, qual é o foco? O foco da política cambial hoje é o combate à inflação. Ou seja, há uma clara estratégia de nas condições de liquidez internacional altamente favoráveis deixar uma apreciação cambial muito significativa (em termos nominais, 35%

desde janeiro de 2003), e essa apreciação cambial é usada como mecanismo de combate à inflação. O segundo objetivo da política cambial de forte apreciação é a redução do estoque da dívida pública. Ou seja, na dívida pública nós temos um componente interno, que é dolarizado, hoje em dia, indexado em divisa estrangeira; e temos o componente externo, que é denominado em divisa estrangeira. Então, tem o componente interno, com correção cambial, e o componente externo da dívida externa.

O que acontece com a apreciação cambial de 35%? Ela reduz o estoque da dívida denominado em dólar. O resultado é que a política cambial atende a dois interesses, isto é, tem atendido a dois suportes: combater a inflação e, ao mesmo tempo, reduzir o estoque da dívida pública. Se nós olharmos a dívida pública brasileira, vamos observar o seguinte: o que aconteceu com ela? Em termos absolutos ela tem crescido; em termos relativos, se olharmos a dívida líquida total, no início do Governo Lula, ou seja, em 31 de dezembro de 2002, quando terminou o Governo Fernando Henrique, a dívida pública líquida total representava 56% do PIB, e esse ano (2005) ela deve terminar em 52% do PIB.

Esses 4%, na realidade, em torno de 3% representam uma queda da dívida externa, por causa do câmbio, que de R\$ 3,53 está hoje em torno de R\$ 2,30. Se olharmos a dívida interna líquida, vamos observar que a dívida interna líquida cresceu de 41% para 47% do PIB, entre o início do Governo Lula e o final desse ano. Ou seja, a dívida interna líquida cresceu de 41% para 47% e, quando consideramos a dívida externa líquida, ela caiu de 14% para 5%. O resultado disso, o que nós temos? Temos que se não houvesse essa apreciação cambial, a dívida líquida pública interna e externa, hoje, estaria em um nível similar àquele do início do Governo Lula. Em outras palavras, não temos nenhuma correção histórica significativa, em termos relativos, porque em termos absolutos a dívida está varando aí R\$ 1 trilhão.

Então, o não crescimento significativo da dívida pública tem representado, na realidade, o resultado de uma apreciação cambial de 35%, em termos nominais, nos últimos dois anos e meio, um pouco mais. Se olharmos em termos de resultados, veremos que, do ponto de vista da estabilização macroeconômica, no que se refere à inflação há algum resultado satisfatório, mas do ponto de vista de outras variáveis da

estabilização macroeconômica a gente não observa os mesmos resultados.

Resultados pífijs

Um exemplo é a questão das finanças públicas. Quando olhamos a questão de outros objetivos importantes da gestão macro, que têm a ver com o crescimento econômico, vamos constatar um desempenho medíocre da economia brasileira. Não precisa repetir os números, que são bastante conhecidos: o



Foto Samuel Tosta

A curva de risco Brasil acompanha a curva de risco internacional e esse risco tem sido determinado, em grande medida, por questões de liquidez internacional e não por uma questão doméstica.

mundo crescendo a uma taxa média anual, nos últimos dois anos e meio, da ordem de 4,5%, e o Brasil crescendo 3%. Na realidade, fazendo uma projeção 2003 a 2006, para pegar os quatro anos desse governo, o Brasil estará crescendo 3%, em média; o mundo 4,5%; os países em desenvolvimento, 6,6%; e a América Latina, 4%.

Ou seja, o Brasil vai crescer, mas vai andar para trás, vai ficar mais subdesenvolvido. Além do que, temos um fe-

nômeno famoso, que é o vôo da galinha, que é o crescimento de 5% em um ano; depois você cai no ano seguinte; depois vai para 3%, depois você sobe para 3,5%, no fenômeno que foi muito bem analisado pelo professor Luiz Antonio Filgueiras, no livro sobre a história do Plano Real, em que ele chama a atenção para este fenômeno, que se repete com o Governo Lula.

Em termos de objetivo de estabilização macroeconômica, na questão de geração de empregos o resultado é pífijs. O Brasil para reduzir o estoque de desempregados precisa de um crescimento, no mínimo, de 3,5%. Em quatro anos de Governo Lula, o crescimento médio anual de 3% vai implicar no aumento do estoque de desempregados que, no final de 2006, deverá ser da ordem de 1,2 milhão a 1,5 milhão de desempregados. Ou seja, o estoque de desempregados vai aumentar.

Ainda no que se refere à estabilização macroeconômica, se nós olharmos a questão da acumulação de capital, o desempenho é pífijs também. A economia brasileira está com uma taxa de investimento médio anual extremamente medíocre; na realidade é uma taxa associada a um crescimento igualmente medíocre da acumulação de capital, acompanhando o crescimento medíocre da renda. O progresso técnico, a mesma coisa, uma volatilidade muito alta da economia brasileira e não há nenhuma evidência que o sistema nacional de inovações tenha se tornado mais robusto ou venha se tornar mais robusto nesse período que estamos vivendo. Pelo contrário, a evidência é que o Brasil está perdendo posição em termos internacionais. Do ponto de vista distributivo, igualmente uma variante importante do ponto de vista da gestão macroeconômica, os resultados se mostram claramente negativos. Não há nenhuma evidência que o Brasil esteja melhorando. Finalmente, na questão do desenvolvimento econômico, de um modo geral o que a gente observa é que o Brasil anda para trás.

Enfim, a política monetária tem obtido resultados favoráveis no nível de inflação, mas nocivos em termos de finanças públicas. A política fiscal tem, via superávit primário, efeitos positivos nas finanças públicas; a política fiscal restritiva tem sido, via demanda agregada, um efeito positivo na inflação e a política cambial, focada no combate à inflação e no combate ao desequilíbrio de finanças públicas, também tem obtido algum resultado.

Política monetária destrutiva

Agora, quais são as implicações desse tipo de resultado? É que claramente eles comprometem a questão da estabilização macroeconômica. O que é a estabilização macroeconômica, falando do plano interno e do plano externo? O que temos observado no plano interno, na questão das finanças públicas, os dados mostram claramente que com esse nível de desequilíbrio que nós estamos o resultado não tem sido satisfatório. A despeito de um superávit primário extraordinariamente significativo, a política monetária destrói, corrompe os resultados desse tipo de ajuste de desequilíbrio histórico na economia brasileira.

O outro resultado que a gente tem observado é a questão do risco país. A redução do risco país, no Brasil, é muito mais efeito exógeno do que endógeno. Em outras palavras, a curva de risco Brasil acompanha a curva de risco internacional e esse risco tem sido determinado, em grande medida, por questões de liquidez internacional e não por uma questão doméstica. Na realidade, esses indicadores das finanças públicas mostram que não há nenhuma variação importante nesse tipo de desequilíbrio histórico.

No que se refere à questão da inflação, a gente observa, pelo lado particular da oferta, que é o grande problema da inflação brasileira, não tem havido nenhuma alteração importante, nem no que se refere à questão da indexação de contratos,

O que a gente tem é uma política fiscal que tem um déficit, e, ao mesmo tempo, é uma política fiscal restritiva na medida em que está violentamente contra a sociedade, os trabalhadores e transfere renda para os rentistas

nem no que se refere à questão de deslocamento da oferta agregada. Em outras palavras, nós continuamos com fortes gargalos na economia, continuamos com preços administrados, com estruturas e práticas comerciais restritivas e nada foi feito nesse sentido. A acumulação de capital também é limitada.

Enfim, o que eu quero dizer é que essa política macroeconômica tanto a política monetária, quanto a política fiscal, como a política cambial, com foco na questão da inflação, têm gerado não uma estabilização macroeconômica, no sentido mais técnico da palavra. Não é estabilização macroeconômica com ônus de estabilidade monetária, e, sim, estabilização macroeconômica entendida como algum tipo de controle da inflação junto com um desempenho de finanças públicas favorável; junto com acumulação de capital

igualmente favorável, junto com crescimento que reduz o número de desempregados, com crescimento de produtividade e com uma taxa de crescimento econômico que seja considerada uma taxa confortável da economia, o que não tem acontecido.

Do ponto de vista do desenvolvimento, envolvendo a questão do desenvolvimento das instituições e no combate à exclusão social e a questão da distribuição, essa política monetária e essa política fiscal, em particular, são restritivas e trabalham no sentido contrário à distribuição de renda.

Em síntese, o que a gente tem é uma política fiscal que tem um déficit, e, ao mesmo tempo, é uma política fiscal restritiva na medida em que está violentamente contra a sociedade, os trabalhadores e transfere renda para os rentistas. É o pior dos mundos, é uma política fiscal restritiva que não resolve os problemas do desequilíbrio histórico das finanças públicas, ao mesmo tempo que agrava a distribuição da renda e trava o processo de crescimento sustentável da produtividade e compromete a distribuição de renda e, portanto, dificulta totalmente uma trajetória minimamente sustentável do desenvolvimento. Ou seja, nem a estabilização macro, nem o desenvolvimento econômico, com geração de emprego e distribuição da renda. ■

* Professor de economia da UFRJ.

CURSOS CORECON-RJ 2006

Curso de 12 horas-aula
7, 9, 14 e 16 de março de 2006
Das 18h45 às 21h30

Professor
Avaldi de Melo
Pimentel

Enunciado de LFE:
professor de LFE:
Curso de 12 horas-aula
7, 9, 14 e 16 de março de 2006
Das 18h45 às 21h30

**Regimes monetários:
a experiência do Real**

Programa

- Aspectos do Plano Real: a inflação (verão) e a moeda endógena
- Plano Real: a conquista da estabilidade de preços
- Da inflação cambial ao regime monetário de metas de inflação: a consolidação da estabilidade de preços

Informações e inscrições:
Secretaria de Cursos
www.economistas.org.br
2103-0119 e 2103-0118
Av. Rio Branco, 109 - 10º
Centro do Rio

Curso
**América Latina:
História, Economia e Cinema**

20 e 31 de março de 2006

Informações e inscrições:
www.economistas.org.br

20/03	Colômbia: parangaripá e a grande guerra	Aguiar e outros: Anos de guerra (1972-1973)
21/03	Essências	Guerra e Paz, 1972
23/03	Paraguai: a experiência do golpe	Quem são os militares, 1997
24/03	Industrialização	San Pablo: Sociedade Anônima (1983)
27/03	Questão de terra e reforma agrária	1983: a terra e o Brasil (1983 e 1984)
28/03	Leões e Revoluções	Um Rio Grande (1983)
30/03	Globalização e América Latina	1983: a terra e o Brasil (1983 e 1984)
31/03	Globalização e América Latina	1983: a terra e o Brasil (1983 e 1984)

Local: Av. Rio Branco, 109
10º andar - Centro do Rio
Das 18h45 às 21h30

Realização: Corecon-RJ

Curso de Filosofia
**Nietzsche e a nova era trágica:
para além da modernidade e do
esgotamento das utopias**

de 8 de março
a 10 de maio

Realização
Corecon-RJ

Professores
Miguel Angel de Barrenechea
professor de curso
Grupo em Filosofia (LFE)
e professor de mestrado em Filosofia
Social e Departamento de Filosofia em
Filosofia e de Departamento de Filosofia
e Ciência Social de UFRJ

Local: Av. Rio Branco, 109
10º andar - Centro do Rio

Informações e inscrições:
www.economistas.org.br
2103-0119

Mais informações no site: www.corecon-rj.org.br

ESPECIAL Gustavo Loyola*



Receita para CRESCER

educação e aumento do investimento privado

É verdade que o endividamento externo pode ser fonte de instabilidade macroeconômica e, portanto, de paradas do processo de crescimento econômico. Ele pode gerar episódios de alta volatilidade de produtos e do emprego, principalmente, as chamadas paradas súbitas, com o corte abrupto dos fluxos de financiamento externo e isso, evidentemente, gera um problema macroeconômico, com a necessidade de políticas monetárias e fiscais que também atuam na direção da redução do crescimento econômico. Sem dúvida, a gente pode identificar claramente na história recente do Brasil esses episódios e as suas repercussões sobre o crescimento econômico.

Outro problema que tem a ver com a questão do endividamento externo, e é uma questão que agrava a exposição das economias emergentes, é justamente o descasamento de moedas. A dificuldade de se emitir dívida na mesma moeda do país. O Brasil, como os outros emergentes, emite dívidas em moeda estrangeira, moeda que não é a das receitas do setor público e da maioria das empresas, embora as empresas exportadoras tenham essa característica de ter receitas em moedas estrangeiras.

Um segundo fato é que a dívida externa tem caído sistematicamente, desde a mudança do regime cambial, como previsto na literatura econômica. A economia não é matemática, mas a teoria às vezes funciona, pelo menos do ponto de vista qualitativo. Na realidade, o câmbio fixo leva a um acúmulo maior de dívida externa por vários motivos e o regime de taxa flutuante vai na direção da contração do endividamento externo e exatamente é isso o que está acontecendo.

O terceiro fato sobre o endividamento e já olhando a questão da dívida interna é que a dívida pública interna tem um perfil totalmente inadequado, do ponto de vista de indexadores, muito embora a relação dívida/PIB do Brasil não seja exageradamente alta, quer dizer, o Brasil não é um país onde o seu setor público seja exagerado. Na verdade, há países muito mais endividados que o Brasil, mas que têm perfis de dívidas muito melhores.

Finalmente, outro fato que não dá para negar e, aliás, me parece ser o grande desafio do ponto de vista macroeconômico no Brasil, é a questão das taxas reais de juros, que são

muito altas, historicamente. O Brasil é, de fato, o campeão mundial da taxa de juros.

Mitos da crítica econômica

Agora existem alguns mitos, a meu ver. O primeiro é que o Brasil não cresce por causa da dívida externa. É essa idéia de causalidade que me incomoda. Na realidade, embora a dívida externa possa, como disse há pouco, em alguns momentos, ser fonte de instabilidade macroeconômica, na realidade, as causas do crescimento ou do não crescimento são muito mais profundas e esses episódios são muito mais sintomas de uma doença.

Ou seja, a dívida externa como causadora do não crescimento tem a ver com problemas que são muito mais profundos, principalmente, em relação às questões institucionais. Não é verdade que, por exemplo, se a dívida externa, por algum lado, continuar a desaparecer, o Brasil volta a crescer automaticamente. Provavelmente, se não fizer nada o Brasil volta a acumular dívida externa.

O outro mito, a meu ver, é que os juros altos são resultados de erros sistemáticos da política monetária. É uma idéia do tipo: "só os idiotas ocupam a diretoria do Banco Central", algo parecido com isso. Na realidade, embora erros de política monetária tenham sido cometidos, o juro alto no Brasil é problema muito mais complexo. Tem a ver com questões estruturais, com a própria situação de solvência do setor público, com a estrutura do sistema financeiro, a questão tributária etc.

Uma outra questão é o que seria uma solução para o problema da dívida. Se ele existe, e vamos supor que ele exista, será que a solução

está na sua renegociação? Eu acho que esse é outro mito. Não é que não possa dizer que em algumas circunstâncias seja necessária; muitas vezes não há outra saída, o país, assim como uma empresa, está em uma situação de insolvência, inadimplência etc, e é melhor renegociar do que, simplesmente, não reconhecer o problema. Então, a renegociação decorre de uma situação de insolvência ou de liquidez no pagamento da dívida.

Receita de bolo

A dívida externa tem caído, em relação ao PIB, não apenas pela redução do endividamento bruto, mas também pelo aumento das reservas internacionais. O que determinou a trajetória do endividamento no setor público do Brasil, nos últimos anos? Em primeiro lugar, o reconhecimento que o Brasil é campeão em não contabilização de dívidas. O setor público sempre fez isso. Temos um endividamento público que não está contabilizado, que são os precatórios. Existe um volume muito grande de precatórios, principalmente, dos estados, municípios e capitais, que não estão sendo pagos. E estes valores não são normalmente registrados quando se faz contabilidade de dívida para efeitos macroeconômicos.

O segundo fator são os déficits fiscais primários, que se acumularam ao longo do tempo. Esses déficits eram financiados, antes do Plano Real, entre outras coisas, pela própria dinâmica inflacionária. É verdade que a política fiscal do governo FHC, nos primeiros quatro anos, deixou muito a desejar. Foi uma política pouco restritiva nos gastos primários, o que depois gerou uma necessidade de um ajuste muito maior, a partir da crise de 1998.

Duas questões que se colocam sobre o endividamento público brasileiro. Existe um problema de solvência e se a dívida é sustentável. A definição técnica de solvência é quando o valor presente descontado nos gastos primários correntes não for maior do que também o valor presente descontado nas suas receitas primárias correntes. Essa é a idéia de solvência, que é um conceito que se aplica também às empresas e isso pode ser mostrado numa equação, mas basicamente as variáveis que importam aí são a relação entre o superávit primário e o PIB, após a taxa de juros real, o crescimento do PIB e a relação inicial dívida/ PIB.

Evidentemente, existe uma receitinha de

bolo para que o país permaneça solvente: é crescer muito com juros baixos e elevar o superávit primário. Basicamente essa é a receita de bolo. A questão que se coloca é se é possível para o Brasil sustentar esse tipo de política durante um tempo suficiente para resolver o problema da dívida. Por exemplo, existem várias simulações que mostram que o endividamento público é sustentável. Esse ano, a relação dívida/PIB deve fechar em torno de 52%. Mas, é possível também traçar cenários de estresse de solvência. Por exemplo, se tiver crescimento de apenas 1,5%

A pergunta que se coloca é se o Brasil está condenado a ter para sempre os juros reais mais altos do planeta. O problema é barbearagem do Banco Central? Será que é azar? Será que é problema do risco fiscal? Do risco político institucional? Ou se é uma coisa mais microestrutural do sistema financeiro?

e juros reais de 11%, com o câmbio parado, a dívida líquida poderia ir para 80% do PIB, em 2010. Ou seja, a dívida é sustentável, mas precisa ser gerida com cuidado, principalmente, no que diz respeito à geração do superávit primário nos próximos anos.

Por que o país cresce pouco?

Um outro problema sério da dívida interna é a composição e a maturidade dessa dívida. A dívida mobiliária, doméstica, é constituída por papéis indexados à taxa Selic, ou seja, a taxa de juros que é paga nestes papéis é de curtíssimo prazo. Há dificuldade para o alongamento dos prazos, em função dos ativos financeiros. É interessante observar como a estrutura dos ativos financeiros no Brasil é a mesma, hoje, do que era antes do Plano Real. Ou seja, apesar da estabilização,

temos instrumentos financeiros de curtíssimo prazo predominando ainda no mercado financeiro. Isso leva a uma redução da eficácia dos mecanismos de transição da política monetária, porque acaba gerando um círculo vicioso onde há necessidade de juros reais mais altos para atingir o objetivo.

Com relação ao problema dos juros, a pergunta que se coloca é se o Brasil está condenado a ter para sempre os juros reais mais altos do planeta. O problema é barbearagem do Banco Central? Será que é azar? Será que é problema do risco fiscal? Do risco político institucional? Ou se é uma coisa mais microestrutural do sistema financeiro? A meu ver, existe um componente de cada um desses fatores. Acho que a barbearagem do BC pode levar, eventualmente, os juros ficarem mais altos durante um tempo, mas existem outros problemas estruturais que estão aí também mencionados.

Daí vem a questão do crescimento. Por que o Brasil cresce pouco? Basicamente, eu acho que existe a questão das nossas instituições que são fracas ainda; o Brasil não tem um ambiente favorável ao investimento e sem investimento não se cresce. Erros de política econômica, evidentemente, levam à redução do crescimento, principalmente porque o setor público inibe a atividade do setor privado; há carência de poupança doméstica e um Estado inoperante, ineficaz.

A saída para o crescimento passa necessariamente pelo aumento do investimento privado, pela elevação dos padrões educacionais, entre outras coisas. Quais são as conclusões? Primeiro, o problema da dívida pode ser resolvido com ajustes fiscais e crescimento sustentável. E o crescimento sustentável, na realidade, não pode existir na presença de uma dívida externa relativamente alta. Segundo, o motor do crescimento deve ser o setor privado, cabendo ao Estado criar e manter um clima favorável aos negócios. Terceiro, o calote da dívida, além de efeitos políticos incalculáveis, representaria um golpe mortal nos mecanismos de formação de poupança de longo prazo, que passa especificamente pelo problema da dívida interna. Se bem que é quase um milagre que tenhamos passado pelo Plano Collor, com poucos ferimentos. Finalmente, o que é importante para o crescimento são as instituições do país. Talvez o grande papel dos economistas seja contribuir para o fortalecimento dessas instituições ■

* Economista, ex-presidente do Banco Central.

MÍDIA EM FOCO Valdir Ramalho de Melo*

Como e porque os jornais **exageram** a violência no Rio

Primeiramente, ressalve-se que ocorre exagero nos mais diversos temas. Interessa-nos a violência somente porque seu noticiário capta, molda e dissemina a sensação de insegurança da população. Em segundo lugar, notemos que, em geral, não há intenção consciente, muito menos decisão explícita ou ordem de "aumentar". Também não há incompetência ou mau profissionalismo dos jornalistas - muito pelo contrário: o exagero é apenas uma consequência das melhores e mais atualizadas técnicas de jornalismo.

Tais consequências são reveladas por um novo campo de estudos, mas já bem desenvolvido, os estudos de mídia, que aprendem muito com a psicologia cognitiva, a sociologia da opinião e do conhecimento, a economia da informação e a metodologia da pesquisa social. Esse campo não deve ser confundido com o próprio jornalismo ou com técnicas de comunicação, assim como metodologia da pesquisa ou metodologia da ciência não se confundem com, digamos, economia ou biologia.

Exagerar a violência é gerar uma seqüência de notícias e uma estrutura de ênfases tal que dá aos leitores, e aos próprios jornalistas, a impressão que o risco de ser vítima de violência é bem maior do que é. É bom notar que esse resultado surge, não só das

técnicas jornalísticas em si mesmas, mas de sua combinação com os processos informais de cognição do leitor: a intuição deste simplesmente não apreende risco da maneira (e por meio das medidas objetivas) que os estudos técnicos de análise de risco recomendariam. E não se deve confundir 'exagerar', que os melhores jornais fazem rotineiramente, com 'dar informações falsas', que dificilmente acontece.

Valor jornalístico

Para entender-se como surge o exagero, é preciso aprender uma lei fundamental de operação dos jornais: ao contrário do que diz a publicidade deles, nenhuma notícia é veiculada simplesmente porque 'informa os fatos'; somente se publica o que tem

suficiente valor jornalístico. Vejamos a que essa lei diz respeito.

Impressionada pelo *marketing* da mídia, a intuição do leitor resiste à tese de que, no global, os jornais não retratam a realidade como ela é, a rotina da vida das pessoas e sociedades. Contudo, refletindo um pouco, o leitor facilmente dá-se conta de que há um número imenso (que tende ao infinito) de fatos que ocorrem a cada dia. Os jornais não têm espaço, repórteres e redatores suficientes para contar tudo; publicam somente uma ínfima fração dos eventos. Aqui entram mecanismos automáticos e critérios explícitos para escolha dos pouquíssimos fatos que serão divulgados a cada dia.

O principal critério é o valor jornalístico da notícia. Esta tem tanto mais valor quanto mais

impacto gera sobre o leitor, quanto mais excitação e emoção provoca. Meio jocosamente, os manuais de mídia explicam que um cachorro morder um homem não tem valor jornalístico; um homem morder um cachorro, sim, tem. Dito de outro modo, pescador anônimo da Tailândia tem valor noticioso quando pega peixe desconunal; trem da Índia ou Paquistão aparece na mídia quando descarrila; burocrata subalterno tem seu dia de holofotes quando acusa autoridade; professor é mencionado quando maltrata o aluno; porteiro de edifício é entrevistado quando se deixa surpreender por assaltante do prédio.

Resumidamente, quanto mais fora do comum, chocante, extravagante, emocionante for o evento, mais valor noticioso tem.

Por isso, 145 mil viagens de ônibus na cidade do Rio em certo dia não são noticiadas; somente o é aquela onde ocorreu um assalto bastante grave. Milhões (4,5) de residências no estado não são mencionadas nas notícias; somente o é aquela onde houve invasão e roubo. Milhões (3,5) de veículos são ignorados; somente vira notícia o automóvel que passou à margem de um tiroteio.

O leitor poderá objetar que não gostaria de ler jornais relatando viagens de ônibus (ou vidas em residências) em que “nada aconteceu”. Se o fizer, o leitor terá entendido: os jornais simplesmente não contam o que mais comumente acontece, porque, do contrário, não venderiam os exemplares. Em geral, o que é rotina nas páginas dos jornais não é rotina na vida das sociedades, e vice-versa.

Contundência é desejável

Entendida a necessidade de selecionar fatos anormais (não corriqueiros, e, por isso, menos representativos da realidade) para noticiar, fica mais fácil entender que as técnicas jornalísticas também selecionam e realçam os aspectos mais contundentes dos fatos que noticiam. Por exemplo: quando são divulgadas pesquisas ou levantamentos estatísticos de criminalidade, o jornalista não escreve simplesmente ‘Os Números da Criminalidade do mês’. Isso seria banal, e logo entediaria o leitor. O jornalista examina a relação de crimes e vê que alguns aumentaram em número e outros diminuíram (por mero efeito aleatório, porque o acaso afeta fortemente a ocorrência de crimes). Ele olha as estatísticas que subiram e identifica a que mais cresceu, a qual é usada como assunto da notícia.

Ora, por mero efeito aleatório, a estatística que mais subiu varia mês a mês. Por isso, ao longo do tempo, o leitor lê diversas notícias como: “Número de assaltos nas ruas do Rio sobe 66%”; “Roubos seguidos de morte aumentam no Rio”; “Violência continua em alta na Zona Oeste”; “Número de assaltos a pedestres teve o maior crescimento de 99 para 2000”; “Assaltos a ônibus e furtos de veículos em alta”; “Número de latrocínios sobe mais de 100% em um ano”; “Cresce número de estupros, assaltos a residências, seqüestros e latrocínios”; “Sobe

Quanto mais fora do comum, chocante, extravagante, emocionante for o evento, mais valor noticioso tem. Por isso, 145 mil viagens de ônibus na cidade do Rio em certo dia não são noticiadas; somente o é aquela onde ocorreu um assalto bastante grave

o número de roubos de veículos”; “Três tipos de crime em alta no Rio”; “Rio tem um carro roubado a cada 20 minutos”; “Estatística mostra crescimento de homicídios”; “Sete dos dez índices de violência crescem no Rio”; “Na mira dos bandidos: número de assaltos a residências cresceu”.

Não admira que se forme na mente do leitor (e dos próprios editores de jornais) a impressão de que todos os indicadores de crime estão subindo. Mas, não; cada indicador, ora sobe, ora desce. Quando sobe, é manchete; quando desce, em geral algum outro que subiu vira manchete. Quando nenhum indicador se destaca, o jornalista criativo reorienta o ângulo de enfoque; escreve, por exemplo, que a violência no Rio é maior do que

em Israel, ou que a guerra do Vietnã matou menos soldados norte-americanos.

Linguagem colorida é importante

Uma técnica para realçar uma notícia é empregar hipérboles. Um jornal não procura somente narrar fatos, mas emocionar e arrebatá-lo. Por isso, empregam-se metáforas, alegorias, e linguagem exaltada. Assim como não se diz ‘engarramento na Rio Branco’, mas ‘Caos no trânsito da Rio Branco’, não se diz ‘Troca de tiros na Tijuca’, mas

‘Noite de terror na Tijuca’ ou ‘Pânico na Tijuca’. As pessoas não desviam a rota do automóvel por prudência, ou mesmo porque se assustam, mas porque foram ‘tomadas de pânico’ em um ‘dia de medo’. Traficante não sorri simplesmente porque é extrovertido como muita gente é, mas porque está ‘zombando cinicamente’ dos cidadãos indefesos. Bandido não mata jornalista simplesmente por burrice, porque não sabe como resolver civilizadamente o problema com que se depara, mas porque quer impedir a liberdade de imprensa. Não se ventila a hipótese de que rapazes embriagados e irresponsáveis dêem tiros em prédio público na madrugada; tem que ser aviso ameaçador do crime organizado.

A própria menção a bairro, em vez de, mais precisamente, um local menos extenso, é uma técnica de destaque: embora 99,9% dos residentes da Tijuca possam não ter sequer ouvido ruídos de tiros, o editor não publicaria a matéria se o repórter escrevesse, com modéstia, ‘Ouvem-se tiros em esquina da Rua Mário de Alencar’. O problema é que poucos conhecem essa rua. Para algo ter valor noticioso, precisa fazer parte do imaginário de um grande número de leitores. Uma estória com valor é construída em termos de ícones.

Qualificação e conclusão

Antes de concluir, faço uma qualificação. Relembro que quase nada em comportamento humano e em fenômenos sociais ocorre invariavelmente. As técnicas jornalísticas de buscar e focalizar o que provoque mais repercussão nem sempre são entendidas da mesma maneira, ou empregadas da mesma maneira, ou mesmo empregadas, por todos os jornalistas, ou em todos os momentos. Por essas e por outras razões, aqui e acolá se publicam algumas notícias de reduções do crime no Rio de Janeiro.

Em conclusão: o que é rotineiro, normal, mais freqüente, não desperta excitações, e, por isso, não vira notícia. Como resultado, o noticiário como um todo, especialmente ao longo do tempo, não representa simplesmente a realidade como ela é; distorce-a, por que enfatiza o alarmante, o estarrecedor, o escandaloso, o revoltante, o mórbido, o pungente, o conflitante, o desastroso. ■

* Consultor de ciências sociais (valho@ig.com.br)

É FÁCIL DECORAR. É FÁCIL REFORMAR.

O Banrisul financia para você.



* Crédito sujeito a aprovação.

Financiamento Construção & Decoração

Para construir, reformar ou decorar sua casa ou escritório, conte com o Banrisul. Faça um orçamento em qualquer estabelecimento comercial, apresente-o em sua agência e o Banrisul financia* com prazo alongado e parcelas fixas, incluindo as despesas com a mão-de-obra. Dessa forma, o lojista recebe à vista e você pode negociar um desconto.

www.banrisul.com.br
banrisul
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

 Governo do
Rio Grande do Sul
ESTADO QUE TRABALHA UNIDO

FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO

Rio terá **menos** verba para saúde

No dia 23 de dezembro de 2005, ocorreu a última votação do orçamento/2006 e todas as conquistas da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (já comentadas em edições anteriores) foram suprimidas. A sinalização que o Poder Executivo não aceitaria um orçamento conforme o determinado pela LDO foi dada na própria proposta orçamentária encaminhada. As orientações da LDO proporcionariam um orçamento que, minimamente, clarificasse as prioridades governamentais, respeitasse a vontade popular do insuficiente processo patrocinado pela prefeitura, e uma execução sem a possibilidade de *re-priorização* proporcionada pelo artifício do remanejamento.

O Fórum Popular do Orçamento RJ e um grupo de vereadores ainda tentaram reverter a situação através de emendas. Nem mesmo a violação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 5º, que determina o respeito à LDO pela *proposta orçamentária*, inibiu os adversários da explicitação do planejamento governamental via orçamento público.

Infelizmente, os políticos e os burocratas que não querem se submeter a um efetivo controle social do erário ficaram satisfeitos. E, mais uma vez, através do famigerado remanejamento de 30% do total do orçamento, algo em torno de R\$ 2,8 bilhões serão mexidos e remexidos sem discussão seja com o Parlamento, seja com a sociedade.

A população carioca afetada por um orçamento insuficiente e ineficaz para a demanda dos serviços públicos e também preocupante, em termos econômicos pela dívida crescente, ainda aguarda o pronunciamento da Justiça sobre a validade da LDO/2006.

Prioridades orçamentárias

Nessa edição, o assunto estudado pelo FPO concentrou-se nas dotações iniciais

previstas nas Leis Orçamentárias Anuais dos anos 2004, 2005 e a Redação Final da Proposta Orçamentária para 2006. Para nosso estudo, priorizamos a análise da despesa, ou seja, da aplicação dos recursos nas áreas de atuação do governo do município do Rio de Janeiro, as chamadas funções.

O valor dos orçamentos iniciais dos anos 2004, 2005 e 2006 são respectivamente R\$ 9.514.534, R\$ 8.996.028 e R\$ 9.475.904 (*mil*). A oscilação dos valores projetados para os exercícios analisados se deu pela expectativa do governo municipal em receber, no ano de 2004, uma alegada dívida (de mais de um bilhão) contra a União, com a finalidade de amortizar em 20% sua própria dívida com esta, se tratando apenas de mero artifício contábil. Já em 2005, com este artifício não sendo mais usado, percebe-se uma queda do orçamento inicial total no montante de R\$ 518.505 (*mil*).

Em 2006, volta a crescer o montante inicial total, principalmente pelo aumento das despesas com encargos especiais (principalmente o serviço de dívida), os quais cresceram 28%. Outras funções, nas quais as dotações iniciais mais influenciaram o aumento do orçamento total foram: a função Desporto e Lazer, por englobar os programas de trabalho dos Jogos Pan-Americanos 2007, responsáveis por 80% das despesas dessa área. Tais programas tiveram suas dotações iniciais acrescidas em R\$ 186 milhões de 2005 a 2006. Também a função Educação, aumentando de R\$ 1.611 milhões para R\$ 1.743 milhões, se encontrando em segundo lugar na prioridade do orçamento, com o peso de 18%.

Apesar do aumento do orçamento projetado para 2006, destacam-se negativamente na Redação Final da Proposta Orçamentária algumas funções que tiveram seus orçamentos diminuídos. Entre os principais encontram-

se a Saúde, a qual apresentou uma considerável diminuição de R\$ 384 milhões, em relação ao ano de 2005, devido à perda da gestão plena do SUS pela Prefeitura. Essa área tem apresentado cada vez menos participação no orçamento total. E a função Habitação, a qual mesmo com o aumento da favelização, terá uma queda de 62% em suas dotações orçamentárias nesse ano.

O FPO-RJ preparou um ranking destacando três funções mais e menos priorizadas no orçamento – excluindo Direitos da Cidadania – de cada exercício, como visto abaixo:

Ranking das Funções mais Priorizadas

ANO	FUNÇÃO	% do Orç. Tot.
2004	Encargos Especiais	19.83%
	Previdência Social	19.09%
	Saúde	17.42%
2005	Previdência Social	21.33%
	Saúde	19.43%
	Educação	17.91%
2006	Previdência Social	21.47%
	Educação	18.39%
	Saúde	14.39%

Ranking das Funções menos Priorizadas

ANO	FUNÇÃO	% do Orç. Tot.
2004	Trabalho	0.20%
	Indústria	0.10%
	Ciência e Tecnologia	0.02%
2005	Trabalho	0.16%
	Indústria	0.10%
	Ciência e Tecnologia	0.02%
2006	Trabalho	0.10%
	Indústria	0.10%
	Ciência e Tecnologia	0.03%

Com os dados citados podemos avaliar, de acordo com a participação das funções no total orçamentário, e identificar as prioridades e o compromisso da política adotada pelo governo nos referentes anos analisados e se ela condiz com as necessidades e os interesses da sociedade. ■

As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro.

Coordenação Executiva: Conselheira Ruth Espinola Soriano de Mello, Supervisão Técnica: economista Luiz Mario Behnken.

Estagiários: Thiago Marques, Julliana Medeiros e Pedro Gonçalves - Colaboração especial: Ana Malburg e Júlia Martins.

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: www.corecon-rj.org.br - www.fporj.blogspot.com.br

II Prêmio de Jornalismo Econômico

Previdência, crise e juros são destaques em 2005

“Depois da greve a via crucis” é o tema da série vencedora do II Prêmio de Jornalismo Econômico, promovido pelo Corecon-RJ. A cerimônia de entrega foi realizada em dezembro passado, na sede do conselho.

A série, publicada pelo jornal O Dia em agosto de 2005, aborda a dificuldade que o trabalhador enfrenta para receber os benefícios do INSS. Os jornalistas Mônica Pereira; Djalma Oliveira e Luciene Braga contaram ao *JE* os transtornos causados não apenas pelas intermináveis filas nos postos de atendimento, mas, sobretudo, pelas greves e pelo mau atendimento prestado à população.

“Vários funcionários estão à espera da aposentadoria. Portanto, o INSS precisa urgente renovar o seu quadro, realizar concursos. Além disso, as greves são anuais. Vimos muito desrespeito com os segurados, principalmente com aqueles sem muita instrução”, disse a equipe.

Em segundo lugar ficou o caderno de O Globo, “Propostas para o Rio enfrentar a crise”, publicado em setembro de 2004. Luciana Rodrigues frisou que o trabalho da equipe, liderado pela editora Sônia Soares, teve o propósito de mostrar que é possível encontrar



Os jornalistas premiados no auditório do Conselho

alternativas que ajudem o estado a sair do “buraco no qual se encontra até hoje”.

O conselho ofereceu também menção honrosa ao jornalista do Monitor Mercantil, Rogério Lessa Benmond, por três matérias apresentadas no concurso: “Privilégios deixam bancos livres de furor fiscal”; “Juro alto impede queda da dívida mesmo que país cresça” e “Dívida vira lixo e agita mercado”.

As matérias foram publicadas nos meses de janeiro, abril e maio do ano passado.

“Fiquei muito feliz com a menção. O prêmio não é apenas meu, pois temos independência dentro do Monitor Mercantil para tratarmos de assuntos recorrentes em nossa economia, como a política de juros e os privilégios concedidos aos banqueiros. Portanto, o prêmio é para o jornal também”, disse Benmond ao *JE*. ■

Novas diretrizes para o curso de Economia

Dirigentes do Conselho Nacional de Educação e da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (Ange) estiveram reunidos, no ano passado, para debater e traçar as novas diretrizes para os cursos de Economia do país.

O presidente da Ange, professor Rubens Sawaya (PUC-SP), esteve no dia 10 de dezembro, na sede do Corecon-RJ, para debater com os professores de Economia as novas resoluções. Ao *JE*, Sawaya explicou que as novas diretrizes ainda não entraram em vigor. “Falta a homologação do MEC. Mas é importante levar essa discussão e tornar essas informações acessíveis, pois, certamente, muitas dúvidas surgirão”, disse.

O documento ainda não foi concluído, mas o professor já o considera “pobre” porque não apresenta informações indispensáveis aos professores e coordenadores de curso. “O anterior [resolução 1184] era completo. Ele justificava os motivos pelos quais, por exemplo, o curso tinha que oferecer a disciplina macroeconomia; qual o objetivo de aprender isso, qual o objetivo da formação geral etc. Nesse parecer não há essas explicações”.

Com relação à carga horária, ficou estabelecido 3 mil horas de curso, fixando um mínimo de 200 dias de aula por ano. A monografia continua obrigatória nos cursos de Economia. A idéia de abolir o trabalho final era sempre recorrente. “Em todos os debates e congressos que fazemos desde 1984, a gente

tem sempre uma mesa sobre o tema. Para nós, economistas, a monografia é muito importante”.

A obrigatoriedade do estágio também faz parte das novas diretrizes. Contudo, Rubens Sawaya destacou que fazer um estágio não significa que o aluno será um excelente profissional. “A Ange, o Cofecon, o Corecon-RJ são contrários a essa exigência porque entendemos que o aluno não precisa dessa obrigação para se tornar um bom economista. Segundo ponto: quem tem estágio qualificado como desejamos para o aluno? Não existe isso no mercado. É diferente da Administração, por exemplo, em que o aluno trabalha em um restaurante fazendo hambúrguer e acha que está aprendendo administração”.

Outras informações sobre a Ange em www.race.nuca.ie.ufrj.br/ange. ■